

Creche São Francisco de Paula: uma contribuição para história da infância de Pelotas¹

Adriana Duarte Leon

Resumo: O trabalho estuda a creche São Francisco de Paula, primeira a funcionar em turno integral, em regime de externato, no município de Pelotas. Busca compreender este espaço dedicado a *crianças pequenas* e sua relação com o Estado e a Igreja Católica. As fontes escritas utilizadas são os livros de atas da creche. A periodicidade estabelecida para o estudo foi a primeira década de funcionamento da Instituição. Identifica-se de forma explícita a influência da Igreja Católica na rotina da creche e nas atividades realizadas, em um contexto de preocupações do Estado brasileiro com a infância. Essas preocupações, contextualizadas em nível local, permitem destacar a atuação da Igreja Católica como mediadora da implementação das políticas públicas. Sendo assim, a creche São Francisco de Paula surge no município de Pelotas como um espaço que, ao mesmo tempo, propaga o catolicismo e atende às demandas do Estado.

Palavras-chave: Creche; Igreja Católica; História da Educação.

São Francisco de Paula day care: a contribution to the childhood history of Pelotas.

Abstract: This article investigates the day care São Francisco de Paula, the first one to work full time, during the parents work time in the Pelotas

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa para minha especialização em educação realizada na FaE/UFPEL e concluída em junho de 2004.

County. Search to understand the space dedicated to *small children* and its relation to the State and the Catholic Church. The writing sources used was the day care minute books. The period established for the study was the first decade of the Institution operation. The Catholic Church influence was indentified, in an explicit way, on the day care routine and in the realized activities, in a context of the Brazilian State concerns with the childhood. These concerns, in a local context, allowed highlighting the Catholic Church as a mediator of the implementation of the public politics. This way the São Francisco de Paula day care emerges in Pelotas County as a space at the same time, spread the Catholicism and assemble the State demands.

Keywords: Day care, Catholic Church, Education History.

Introdução

A motivação para o presente trabalho surgiu da minha experiência como professora de Educação Infantil na cidade de Pelotas no período de 2001 a 2003, quando passei a questionar-me sobre como se forjou o ambiente educacional para *crianças pequenas*² no município. Nesse sentido, julgo que este estudo, fruto de uma investigação sobre a primeira creche do município, pode contribuir para a história da infância do município.

A creche São Francisco de Paula, foco de análise deste trabalho, foi criada sob influência da Igreja Católica e foi o primeiro espaço a cuidar de crianças em turno integral, em regime de externato na cidade de Pelotas. A investigação revelou-me questões que não havia considerado no início da pesquisa. Dentre elas, a mais importante, foi a influência explícita da Igreja Católica na rotina da instituição. Tal descoberta redirecionou meu objetivo de pesquisa, pois compreender o espaço que cuidava de crianças pequenas no

² Termo que aparece nas atas da creche São Francisco de Paula fazendo referência às crianças atendidas pela instituição.

município, abarcava, a partir do contato com as primeiras fontes, compreender a influência da Igreja sobre aquele espaço em meados do século XX.

Utilizei como fonte de pesquisa o livro de atas da diretoria e o livro de atas das assembleias gerais da instituição, os quais relatam conteúdos das reuniões da diretoria, que reuniam os diretores com frequência mensal e os conteúdos das reuniões das assembleias, que contavam com participação mais ampla e com reuniões anuais, quando necessário assembleias extraordinárias. O marco de tempo utilizado na pesquisa foi a primeira década de existência da instituição, de 1936 a 1946.

1. As primeiras preocupações do Estado brasileiro com a infância

Objetivando realizar um breve retrospecto sobre as iniciativas por parte do Estado no que se refere à infância, utilizo o trabalho de Kramer (1987), que subdivide em três momentos o atendimento a crianças em fase pré-escolar no Brasil. O primeiro momento, do descobrimento até 1874, é uma fase sem investimentos públicos em que o desenvolvimento da criança fica por conta do acaso, considerando o número reduzido de órgãos que eram destinados a atender a uma grande demanda. “No que se refere ao atendimento da infância brasileira, até 1874 existia institucionalmente a ‘casa dos expostos’ ou ‘Roda’ para os abandonados das primeiras idades e a ‘escola de aprendizes Marinheiros’ para abandonados maiores de 12 anos.” (KRAMER, 1987, p. 52)

O segundo momento, de 1874 até 1899, é marcado por iniciativas particulares motivadas pelo alto índice de mortalidade infantil, o que faz com que as primeiras políticas para a infância sejam dos higienistas³, que tinham como principal preocupação educar a população sobre uma postura comportamental

³ Sobre higienistas, ver Maria Stephanou. *Discursos Médicos e Educação Sanitária na Escola Brasileira* (2006).

supostamente adequada. É um período marcado pelo assistencialismo e grande parte das iniciativas existentes partia da elite, que, através de doações, mantinha casas de abrigo para menores. Esse tipo de iniciativa era retribuído com status social positivo⁴.

No terceiro período, a partir de 1899, intensifica-se a preocupação com a higiene infantil e, durante as duas primeiras décadas do século XX, surgem políticas no âmbito institucional que visavam ao bem-estar infantil. O eixo do discurso dos higienistas era a ideia de prosperidade e saúde da família, bem como a responsabilidade desta pela saúde de seus dependentes. A valorização da família, a condenação da libertinagem e o repúdio às relações sexuais fora do casamento estavam presentes no discurso higienista, que buscava uma mudança comportamental das pessoas. Santos (1999) afirma que os higienistas conseguiram o *desenvolvimento de uma moral de vida do corpo*, no momento em que estipulavam padrões de conduta adequados e condenavam aqueles considerados inadequados. Este discurso camuflava ideologicamente os interesses de uma sociedade de moral cristã.

Em 1899, foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, o qual tinha como objetivo atender aos menores de oito anos. Em 1919, por iniciativa da equipe fundadora do Instituto, foi criado o Departamento da Criança do Brasil (sem financiamento público).

O Departamento da Criança do Brasil organizou o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância que, após ser adiado por várias vezes, foi realizado em 1922, congregando pessoas ligadas à iniciativa particular e à vida pública. Inscreveram-se mais de 2.600 pessoas de vinte e um estados brasileiros. Segundo Kuhlmann Jr., o evento tinha como objetivo tratar de assuntos

⁴ Sobre a preocupação da elite em manter status social positivo, ver Magalhães (1993).

relacionados à criança “(...) do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a família, a sociedade e o Estado” (2001, p.163)

Mais de uma década depois, foi realizado o 2º Congresso de Proteção à Infância e muitas ações já estavam sendo realizadas.

No intervalo do 1º ao 2º Congresso – realizado em 1933 – foram introduzidos órgãos novos na aparelhagem da assistência à infância, tais como lactários, jardins de infância, gotas de leite, consultórios para lactentes, escolas maternais, policlínicas infantis. Reproduziam-se, além disso, as campanhas em favor do aleitamento materno e contra o comércio das criadeiras, consideradas como uma das principais causas da mortalidade infantil. Havia grande defesa das creches e do atendimento público à infância, desvalida e abandonada. (KRAMER, 1987, p. 60)

Na década de 1940, o Estado incluiu na legislação trabalhista o direito à creche para as mulheres trabalhadoras. Hallal (1987) salienta que as famílias operárias não possuíam quem cuidasse das crianças e as indústrias precisavam adequar sua estrutura às características da trabalhadora mulher:

a industrialização teve como consequência o aumento da precariedade da qualidade de vida da população, bem como o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Assim, cresceu a necessidade de serviços de apoio às famílias. Dentre esses serviços, aparecem a creche, que viria a coletivizar o atendimento de crianças de 0 a 6 anos e também dar assistência a crianças e condições de trabalho à mulher. (HALLAL, 1987, p.5)

O Estado atende a essa demanda de creches dos trabalhadores motivando e convocando a sociedade a contribuir com assistência à infância, amplia a responsabilidade no atendimento desta demanda para a sociedade civil e, concomitantemente, cria órgãos responsáveis em assessorar estes estabelecimentos. A Igreja Católica ocupa papel relevante neste processo, pois irá fomentar o *espírito de caridade* e fundar várias instituições para atender à infância em todo o país. Esses espaços motivados pela iniciativa da Igreja irão, evidentemente, divulgar a doutrina católica.

A Igreja Católica busca, na primeira metade do século XX, reorganizar-se internamente e estabelecer frentes de atuação que possibilitassem ampliar suas forças. O catolicismo foi a religião oficial do país até a implantação da República, momento em que, com o regime republicano, o país se reivindicou laico. Tal postura adotada por parte do Estado fez com que a Igreja Católica buscasse alternativas para se manter como religião oficial.

A Igreja encontra parceria na elite, que receia que as manifestações populares desestabilizem a ordem vigente e vê na Igreja uma possibilidade de controle dessas manifestações. Cury mostra que “a volta da Igreja Católica ao cenário político se deveu antes de tudo às primeiras alusões da ‘ameaça comunista’, trazida pelas levas de imigrantes socialistas e anarquistas e pela crescente presença das mesmas nas classes populares” (1988, p.16).

Com o crescimento da indústria e do operariado assalariado, fica gradativamente mais explícita a organização deste segmento social através de sindicatos e/ou outras organizações de classe. Muitos imigrantes vinham para o Brasil em busca de novas possibilidades e acabavam por trabalhar nas indústrias, trazendo consigo ideias comunistas, socialistas e anarquistas. Nagle (1976) afirma que os imigrantes ocuparam papel relevante no campo social, tendo colaborado no processo de urbanização, industrialização e difusão de novas idéias no campo social.

A década de 1930 marcou ou o início de um período interessante para intervenção da Igreja Católica. Considerando o momento de mudanças pelas quais o país passava, o apoio da Igreja, mesmo que um pouco abalado pelas últimas décadas, era alvo de interesse do Estado. De acordo com Cury (1998, p. 17), o “futuro da própria Igreja dependeria de como ela trabalhasse esta indefinição e instabilidade” do período.

O Estado, atento à mobilização da Igreja e vivendo um período de reestruturação, estabelece uma aliança informal, uma aliança que não consta em lugar algum mas se reflete nas políticas adotadas no país. Em 1933, a Igreja mobiliza o eleitorado católico e entra na constituinte com a maior parte dos representantes convencidos de inserir na constituição suas reivindicações. Em 1934, é reintroduzido o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e, na Constituição, a Igreja é *quase que oficialmente reconhecida*⁵.

O “apoio” do Estado à Igreja pressupõe a troca de alguns compromissos, principalmente aqueles referentes à luta anticomunista. Tambara mostra como a Igreja e o Estado estabelecem uma relação mútua de interesses.

“Note-se que na prática, ocorre uma interdependência, isto é, da mesma forma que a Igreja necessitava do governo para implementar seus programas de assistência à classe trabalhadora, o governo necessitava da Igreja para legitimar suas medidas e/ou para manter sob controle a massa de operários”. (TAMBARA, 1993, p.63)

Entre os operários, estava colocada a agenda da organização popular e o Estado necessitava acalmar manifestações daí advindas. Eis aí um importante espaço em que a Igreja podia contribuir,

⁵ Ver Cury, 1988, p.18

através das pastorais e do fomento aos círculos operários⁶. O Estado, por sua vez, adota uma política de concessão de benefícios sociais, passando a assumir muito do discurso reivindicatório das camadas populares, aniquilando, assim, muitos dos movimentos que haviam surgido na década de 1920.

A boa vontade do governo com os menos favorecidos pode ser visualizada nas políticas trabalhistas que contiveram o operariado e nas políticas de caráter assistencialista fomentadas no período. As políticas que concediam benefícios mantinham uma estrutura de acompanhamento pelo Estado, por meio da estrutura de Federações e Conselhos. Note-se que muitos dos órgãos criados para acompanhar as iniciativas para a infância datam deste período, pois há uma preocupação com as políticas de assistência e é quando o número de instituições com esta finalidade é ampliado.

Na educação, implementa-se uma política voltada para a legitimação e sustentação do Estado e, concomitantemente, criam-se vários mecanismos de controle da execução dessa política. A criação e regulamentação de órgãos que “acompanhariam” a educação são um exemplo de como eram legitimados na sociedade os órgãos fiscalizadores.

A maioria das políticas mantinha uma estrutura de acompanhamento, através de federações e conselhos. Note-se que muitos órgãos colegiados de educação em nível nacional são criados neste período, início da década de 1930, pois há uma preocupação com a centralidade e acompanhamento das políticas implementadas no país. O Conselho Nacional de Educação é criado em 1931, o Plano Nacional de Educação em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia em 1938 (INEP)⁷ e, paralelamente, ocorre a

⁶ Ver Tambara, 1993

⁷ Embora o INEP não tivesse caráter normativo e político-administrativo, sua criação indica uma preocupação do Estado com a Educação. O INEP foi criado em janeiro de 1937 como Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, começou a funcionar de fato, tendo sua denominação modificada para Instituto Nacional de

motivação para criação de leis orgânicas; estas são algumas das iniciativas que exemplificam a reestruturação educacional desencadeada pelo Estado.

2. A infância no município de Pelotas – final do Séc. XIX e início do Séc. XX

Pelotas, no século XIX, é caracterizada pela indústria do charque que progressivamente instalou-se na cidade. A primeira charqueada data de 1780, mas é no século posterior que a indústria do charque alcança o apogeu e motiva a cidade a desenvolver-se econômica e culturalmente num ritmo acelerado.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, cultural e arquitetônico, parcela da população vivia em situação de pobreza⁸. A sociedade pelotense, agredida com a explicitação da miséria nas ruas, reivindicava investimentos públicos. Sentindo-se lesada em não receber esses auxílios, apelava para alternativas próprias, orgulhando-se em afirmar que a organização da própria cidade dava conta de suas necessidades. Considerando isso, campanhas solicitando doações era algo comum no período. Na Pelotas do século XIX, desenvolviam-se políticas com forte caráter assistencialista. As ações desse tipo eram extremamente valorizadas na sociedade, e retribuídas com status social positivo aos sujeitos que realizassem tal prática.

A influência europeia podia ser notada na educação e na concepção de infância que começava a surgir no final do século XIX. A infância passou a ser fortemente considerada e a criança a ser identificada como alguém que precisava de ambiente e

Estudos Pedagógicos, sob direção de Lourenço Filho. Hoje o INEP chama-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁸ Utiliza-se pobreza para caracterizar aqueles que viviam em situação de risco, não possuíam renda e tinham acesso precarizado a saúde e moradia.

tratamento específicos, distinguindo-se do adulto pela sua fragilidade, necessitando atendimento de qualidade para se desenvolver. Esta concepção de infância é baseada “*nas ideias de fraqueza e inocência da criança*”⁹. Muitos dos filhos dos charqueadores iam estudar na Europa ou na capital da província, de onde vinham ideias e influências sobre cultura e educação. Em parte, decorre daí a preocupação de que, para aqueles que iniciavam seus estudos na cidade, houvesse qualidade na educação oferecida, bem como a grande propaganda sobre métodos europeus aplicados na educação local.

Vanti (1998), referindo-se às concepções pedagógicas adotadas nas escolas particulares, afirma:

“Naquele tempo em Pelotas, tudo o que vinha da Europa, ou que era calcado em estudos científicos ou ainda tinha um nome de tradição na cidade causava um efeito de verdade e se traduziam na busca e na receptividade do povo pelotense pelo que houvesse de mais atual em termos de desenvolvimento da educação, da cultura e da economia.” (VANTI, 1998, p. 224)

Este olhar preocupado com a educação e com a valorização da infância se ampliava nos grupos sociais favorecidos economicamente e, a longo prazo, atingia as classes populares, por intermédio das futuras instituições assistenciais, privadas ou mantidas pelo financiamento público.

A primeira instituição a se responsabilizar por crianças recém-nascidas e sem condições financeiras, em Pelotas, foi a Santa Casa de Misericórdia que, a partir de 1849, ao assinar uma norma tradicional das Santas Casas, passa a receber crianças abandonadas

⁹ Sobre as significações da infância no final do século XIX em Pelotas, ver Vanti (1998).

para serem atendidas pela Roda dos Expostos¹⁰. A Santa Casa inaugura a Roda com três crianças e o objetivo de sua criação foi tentar diminuir o número de óbitos infantis na cidade. O sistema da Roda propiciava o anonimato de quem deixava a criança sob responsabilidade da instituição. Este mecanismo, talvez, tenha motivado pessoas que não tinham condições de sustentar seus filhos ou não desejavam a maternidade a entregá-los à Roda, pois o número de crianças abandonadas aumentava na cidade. Os cuidados que a Roda dispensava às crianças não foram suficientes para resolver o número de óbitos, inclusive sob os cuidados da Santa Casa, pois ainda faleciam muitas crianças.

Em 1855, é fundado o Asylo de Orphans Nossa Senhora da Conceição, em convênio com a Santa Casa de Misericórdia, o qual se responsabilizaria por acolher as meninas deixadas na Roda e que já tivessem completado três anos. Aos poucos, a Santa Casa deixa de ser a alternativa para cuidar das crianças abandonadas e surgem outras possibilidades. Cabe salientar que o fim da Roda¹¹ é um marco na concepção de infância que estava se consolidando, pois havia preocupação em propiciar à criança tratamento adequado para que futuramente se tornasse um sujeito produtivo. Considerando isso, não cabe mais uma instituição que somente *cuida* de crianças desafortunadas, abandonadas, de má sorte ou desvalidas.

Em Pelotas, o final do século XIX caracterizou-se pelo início da decadência das charqueadas. Com a abolição da escravatura, ocorre uma desorganização da produção e, no início do século XX, com o surgimento dos frigoríficos, a indústria do charque entra em crise. Como demonstra Loner (2001, p.53), “de 21 charqueadas existentes em 1888; passaram a 18 em 1890; a 15 em 1897; 16 em 1911 e apenas sete em 1918”.

¹⁰ Sobre o sistema de procedimentos da Roda dos Expostos, ver Marcilio (1997).

¹¹ A partir de 1899, praticamente cessou a entrada de crianças na roda dos expostos.

Em meados de 1920, o número de desempregados, consequência da crise industrial por que passava a cidade, era algo que alarmava, pois havia um ambiente propício para organização e reivindicação popular. É um período marcado por iniciativas da Igreja Católica que buscavam conter essas manifestações, bem como desenvolver políticas que atendessem e contivessem essa parcela da população.

Esse contexto do início do século XX marca a história da infância em Pelotas pelo caráter assistencialista e religioso, anunciado nas instituições destinadas a abrigar e/ou cuidar de crianças abandonadas ou de camadas populares.

É nesse cenário que, em 1933, a Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas funda o orfanato espírita Dona Conceição que abrigava crianças e possuía vínculo direto com a doutrina cristã espírita e, em 1936, é fundada a primeira creche do município em regime de externato, creche São Francisco de Paula, com vínculo direto com a religião católica.

2.1 – Creche São Francisco de Paula de 1936-1946

No dia onze de junho de 1936, ocorreu no salão São José – anexo à Catedral de Pelotas – uma reunião com o objetivo de fundação de uma creche na cidade de Pelotas, convocada pelo bispo D. Joaquim Ferreira de Mello, que reuniu pessoas ilustres do município.

Na reunião, foi constituída a primeira diretoria da idealizada creche e um conselho de dez membros para assessorá-la, com a finalidade de criar uma instituição “destinada a amparar, zelar e proteger crianças, cujos pais, por suas atividades, não pudessem atender seus filhos” (Ata nº 1- 11/06/1936).

A ideia da creche foi recebida, segundo seus idealizadores, com bastante simpatia pela sociedade, como se pode ver no relato a seguir:

Divulgada a ideia da fundação da creche, teve ela franco apoio de toda sociedade pelotense que via neste ideal nascente a realização de uma obra que muito se faria sentir e que vinha solucionar o importante problema social e cristão do amparo à infância desvalida. (Ata nº 1- 11/06/1936)

Sob alegação de solucionar um importante problema social cristão, surge a creche São Francisco de Paula, nome escolhido em homenagem ao padroeiro da cidade. Decididos a fazer a inauguração da creche, a diretoria e o conselho realizaram campanha intensa na busca de sócios.

Demonstrando reconhecimento político à criação da instituição, o Ministério de Educação e Saúde Pública do Rio de Janeiro, em correspondência firmada pelo diretor de Proteção à Maternidade e à Infância, ao saber da inauguração da creche, enviou uma carta saudando a iniciativa da Liga das Damas Católicas de Pelotas de auxílio à criação da creche.

O lugar escolhido para funcionar a creche foi a sede social das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e todas as reuniões que ocorriam da diretoria, na futura sede da creche, eram assistidas pela madre Maria Albertina.

A diretoria criou a Sociedade Protetora da Creche (SPC) e convidou pessoas interessadas em contribuir com a instituição. Criou, concomitantemente, um corpo de mordomas para auxiliar a SPC. Anualmente, eram listadas doze pessoas, cada uma responsável por acompanhar o cotidiano da creche no mês de sua escolha, na função de mordoma, que era a de assessorar a instituição no mês de sua responsabilidade.

No dia quinze de agosto de 1936, foi inaugurada oficialmente a creche São Francisco de Paula, contando com a presença de pessoas ilustres da sociedade pelotense, inclusive representantes da

Igreja, dentre eles o bispo que saudou aqueles que haviam contribuído para a sua inauguração.

A creche possuía duas instâncias administrativas: a assembleia, que se reunia ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando necessário, na qual participavam a diretoria, o conselho de dez membros, os sócios e um representante da Igreja, e tinha competência para eleger a diretoria, aprovar relatórios e os orçamentos da Instituição; e a diretoria, eleita em assembleia com mandato de um ano, podendo ser reeleita por outras gestões, com atribuição de atender o cotidiano da Instituição e encaminhar as deliberações das assembleias.

A diretoria demonstrava grande preocupação com a manutenção financeira da Instituição e realizava várias campanhas com o objetivo de garantir o financiamento, entre elas: rifa de um fogareiro, festas, ampliação de sócios, doações, atividades da semana da criança, *sapatinho do pobre* (campanha que solicitava doações no período de Natal), peditório pelas ruas da cidade, chás de caridade, entre outras.

A diretoria da casa tentou, e por várias vezes conseguiu, subsídios junto ao governo Federal, Estadual e Municipal. A presidente da creche deslocava-se quase anualmente para a capital (Rio de Janeiro) no intuito de divulgar a casa e solicitar recursos. Tais esforços obtiveram retorno, pois, de forma geral, a creche contava com subsídios consideráveis, bem como doações de vários órgãos.

A LBA (Legião Brasileira de Assistência), a partir de 1943, começou a fazer doações periódicas para a creche São Francisco de Paula. Estas duas instituições tinham em comum a prática da assistência social e, por consequência disso, estabeleceram uma relação de parceria, trocando favores: quando a LBA solicitava vagas, a creche concedia e, quando a creche precisava de alimentos ou recursos, a LBA buscava viabilizá-los.

Com várias campanhas e subvenções concedidas, a diretoria inicia o mês de maio de 1939 estudando a possibilidade de comprar uma sede própria. Em junho do mesmo ano, é efetuada a compra de um prédio, na Rua Uruguai, n.551 (mesmo endereço atual), parcelado em quatro pagamentos. Em maio de 1940, foi, então, inaugurada a nova sede, que tornava possível atender ao dobro de crianças.

Em julho de 1942, faleceu a presidente da diretoria que esteve no cargo desde a criação da creche. Em 1943, a nova diretoria avaliou a necessidade de instalar o jardim de infância. Este é o primeiro momento em que se observa o termo *professor* citado nas atas: “tratou-se também da instalação de um jardim de infância, requerendo-se, para isso, à Secretária da Educação, uma professora especializada”. (Ata nº 65 – 13/12/1943). Antes, o termo que mais aparecia era “cuidadora” e as responsáveis por este cuidar eram as freiras.

No dia treze de agosto de 1944, começou a funcionar o jardim de infância, cujo mobiliário necessário foi todo adquirido através de doações e uma professora foi cedida pela Secretaria da Educação.

2.2 – Sujeitos ocultos

Na análise das atas da instituição, dois grupos de sujeitos, nos dez anos estudados, passam meio despercebidos: um grupo, que é o das responsáveis pelo cuidar das crianças, as freiras; e outro grupo, que são as próprias crianças atendidas pela instituição.

Poucas vezes percebe-se, no material estudado, referências às *responsáveis pelo atendimento às crianças*. Sabe-se que a creche tornou-se viável devido ao empréstimo do espaço físico pela sede social das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e que o atendimento às crianças era responsabilidade das freiras, porém pouco consta sobre o cotidiano da sua atuação.

A madre superiora participava das reuniões de diretoria, porém na forma de ouvinte. Nos dez anos estudados, raras vezes se manifestou. Nas poucas manifestações, demonstrou preocupação quanto à supervisão da instituição. Em uma das poucas vezes em que pediu a palavra, salientou a necessidade de “*conseguir alguns agasalhos e mudas de roupa para as crianças*” (Ata n° 12 – 27/06/1938). A diretoria, para resolver o problema, encaminhou a realização de uma campanha pelo rádio.

Em 1942, a madre superiora, responsável pela creche desde a fundação, precisou afastar-se da instituição e foi substituída por outra, constando, na ata, “votos de louvor” em despedida à madre e o seguinte registro:

No principio desta instituição, como todos sabemos a luta era intensa, lutávamos não só para ampararmos as pequeninas crianças como também para outras despesas indispensáveis e foi então que tivemos a primeira oportunidade para vermos que precioso e inesgotável tesouro de abnegação era formado o coração desta abnegada obreira que é a madre Albertina. (Ata n° 55 – 27/10/1942).

O trecho acima permite identificar como era percebido o trabalho das irmãs pela diretoria e possivelmente pela sociedade pelotense, primeiramente como uma atividade de total abnegação, doação, caridade, boa ação, assistência. O termo *obreira*, que aparece no trecho acima, faz referência à perspectiva católica de construtor (obreiro) da obra do Senhor na terra. Este termo é importante, pois indica, através do uso casual da expressão, a prática e função exercida pela madre e freiras na instituição.

Em 1941, a diretoria cedeu parte do jardim para as irmãs missionárias instalarem uma sede para suas missões, o que nos dá pistas de que a creche mantinha um vínculo, nas suas atividades rotineiras, não somente formal com a doutrina católica, mas

também exercia práticas que educavam as crianças para tal credo. Por vários anos, o aniversário da creche foi comemorado com uma missa festiva, na qual as crianças participavam ativamente.

Em 1945, penúltimo ano analisado, aparece, nas atas, referência ao pagamento das irmãs, sendo esta única referência a pagamento de serviços prestados.

Ficou deliberado também que, a partir de dezembro do corrente ano, seriam aumentadas de Cr20,00 os honorários das irmãs e de Cr 50,00 os da madre diretora, ficando também estabelecido que receberiam honorários as duas irmãs que até a presente data nada recebiam. (Ata nº 83 – 23/11/1945)

Conforme já foi observado, o termo *professor* aparece nas atas em 1943, quando a diretoria avaliou a necessidade de implementar o jardim de infância e só conseguiu efetivá-lo no ano posterior, contando com a cedência de uma professora do município.

Sobre as *crianças* atendidas pela instituição, é surpreendente não encontrar nas atas referências a quem seriam estas crianças. Baseado no objetivo anunciado na criação da instituição, “destinada a amparar, zelar e proteger crianças, cujos pais, por suas atividades, não pudessem atender seus filhos” (ata nº1 – 11/06/1936) e nas dificuldades financeiras por que a instituição passava, pode-se inferir que atendia a crianças pobres.

Várias atividades eram realizadas buscando sensibilizar a população a fazer doações para as crianças da creche: nos natais, percebe-se o envio às famílias pelotenses do *sapatinho do pobre* ou *meias do pobre* solicitando contribuições: “foram enviadas as criancinhas dos lares abastados, as meias do pobre com o seguinte apello – para o natal das criancinhas da creche” (Ata nº 3 – 10/10/1936).

Outra atividade que ocorria anualmente era o “Dia da Criança” que, de forma geral, se consolidava em dois momentos. Primeiro, visitas à creche por parte de outras escolas que traziam doações para as crianças da Instituição, como fica claro no seguinte registro: “Os colégios visitaram esta Instituição, tendo todos os alunos trazido suas lembranças para as criancinhas aqui recolhidas”(Ata nº 26 – 18/10/1939). O Colégio Gonzaga¹², por várias vezes, dispensou as aulas para que seus alunos pudessem visitar a creche. Segundo, campanha intensa nas rádios solicitando doações para a instituição.

Sobre a quantidade de crianças atendidas, em 1937, um ano após a fundação, há uma referência a esse respeito: “são todos dignos da nossa gratidão e do reconhecimento das 15 criancinhas que a nossa creche abriga actualmente” (Ata nº 5 – 04/08/1937). Com a mudança de prédio e melhoria das instalações, houve um aumento na quantidade de crianças atendidas pela Instituição, principalmente após a parceria firmada com a LBA.

Os trechos extraídos das atas e transcritos buscam caracterizar e identificar a criança que era atendida na creche São Francisco de Paula. Porém, a inexistência de registros que caracterizem o cotidiano do lidar e do cuidado com as crianças reforça a ideia de que esta Instituição preocupava-se, como aparece de forma mais frequente nos registros, prioritariamente, em fornecer abrigo e educação religiosa às crianças.

3. Considerações finais

Idealizada para propiciar uma educação cristã àqueles que dela necessitavam, a creche São Francisco de Paula agregou pessoas que estavam de acordo com os princípios católicos e se propunham a ampliar esta orientação religiosa. A diretoria da instituição, em meio a dificuldades financeiras, apela muitas vezes à caridade para manter a instituição, o que faz com êxito, e revela uma forte identificação

¹² Escola particular atuante na cidade de Pelotas e vinculada à Igreja Católica.

da sociedade pelotense com a doutrina católica, mesmo que, no período, a cidade já possuísse outras influências no campo religioso.

É fundamental destacar que a Creche São Francisco de Paula possibilitava à Igreja Católica adentrar nas classes populares, considerando que as crianças atendidas tinham baixo poder aquisitivo, provavelmente de famílias pobres ou trabalhadores com baixa remuneração. Esta característica pode ter sido determinante no interesse da Igreja em manter a instituição.

A identificação de *sujeitos ocultos*, mencionados anteriormente sobre a ausência de registros do cotidiano das freiras e das crianças na instituição, expõe interesses ideológicos presentes na creche São Francisco de Paula. Mostra que o cotidiano e a rotina da instituição revelam a preocupação predominante com a religião e com a iniciação das crianças nas práticas católicas, como no exemplo das missas que faziam parte das atividades da criança.

A análise das atas mostra que o cotidiano das crianças era crivado de religiosidade, o que não significa que outras atividades não ocorriam na instituição, porém, ao que tudo indica, não eram centrais nas atividades da creche.

Por fim, cabe destacar que a Creche São Francisco de Paula surgiu no município como um espaço que ampliava a atuação da Igreja Católica. A creche também atendia a uma demanda de pais trabalhadores, ajudava a sanar uma necessidade social de creches e atendia a uma política do Estado de promover iniciativas assistenciais que ajudassem a amenizar possíveis descontentamentos das classes populares.

Referências

AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas, RS: Seiva, Ed. UFPel: 1999.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais*. 4ª. ed., Coleção Educação contemporânea. São Paulo: Cortez: 1988.

HALLAL, Dalila Rosa. *A Creche na Representação das mães Usuárias Deste Serviço – Pelotas/RS*. Pelotas:UFPel – Faculdade de Ciências Domésticas. Dissertação de mestrado: 1997.– 109p.

HIRAI, Wanda Griep. *Gênese e Trajetória da Política Pública de Educação infantil no Município de Pelotas – RS*. Pelotas: UCPel – Serviço social. Dissertação de mestrado: 2000. –124p.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel: 2001.

MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. 2º ed. Pelotas: Editora da UFPel: 1993.

MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança Abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. SP. Cortez: 1997.

KRAMER, Sonia. *A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do Disfarce*. Rio de Janeiro: Editora : dois pontos : 1987. 3º edição.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, E.P.U.-Editora Pedagógica e Universitária Ltda: 1974.

SANTOS, Edmar Joaquim dos. *A educação Física Higienista em Mato Grosso (fase de implantação:1910 à 1920)*. Cuiabá/MT. UFMT – Instituto de Educação. Dissertação de Mestrado: 1999 – 127p.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Infância, exclusão social e educação para cidadania activa*. Movimento: 2001, n.3, p. 53 – 74.

STEPHANOU, M. Discursos Médicos e Educação Sanitária na escola Brasileira. In Maria Stephanou; Maria Helena Câmara Bastos. (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX*. 2.ed. Petrópolis/RJ: 2006, v.III, p. 142 -164.

TAMBARA, Elomar. *Círculo Operário e Igreja: a Formação da Classe Trabalhadora*. In: GHIGGI, Gomercindo; HYPOLITO, Álvaro; TAMBARA, Elomar. *Trabalho, Conhecimento e Formação do trabalhador*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel: 1993.

_____. *Círculo Operário e Igreja: a Formação da Classe Trabalhadora*. BASTOS, Maria Helena; TAMBARA, Elomar; KREUTZ., Lúcio (Org.) *História e Memória da Educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva: 2002.

VANTI, Elisa dos Santos. *O Fio da Infância na Trama da História: um estudo sobre significações de infância e de Educação Infantil em Pelotas (1875 – 1900)*. Pelotas/RS. Pelotas:UFPel – Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado: 1998 . – 366p-

KUHLMANN Jr. Moysés. *As Grandes Festas Didáticas: A Educação Brasileira e as Exposições Internacionais*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco: 2001.

Adriana Duarte Leon é Graduada em Pedagogia, História, Especialista em Educação e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da rede pública municipal de ensino.

Email: adriana.adrileon@gmail.com.

Recebido em junho de 2009

Aceito em abril de 2011